

SÃO PAULO: AS TRANSFORMAÇÕES DA METRÓPOLE NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO

Ana Fani Alessandri Carlos

1

A metrópole de São Paulo vem sofrendo um profundo processo de transformação espacial a partir de mudanças que ocorrem no processo produtivo acentuado pelo deslocamento dos estabelecimentos industriais e o desenvolvimento dos serviços modernos apoiado no crescimento do setor financeiro. Esse processo metamorfoseia o espaço no sentido em que as novas atividades requerem um "novo espaço". A mobilidade espacial da construção e ocupação de edifícios de escritórios na metrópole se realiza, em parte, ocupando antigas áreas antes destinadas as atividades industriais (os galpões industriais), ou se impondo em antigas áreas residenciais de ocupação horizontal. Com isso, ao lado das mudanças no uso do solo urbano assistimos a uma mudança funcional significativa, em decorrência das necessidades impostas pela reprodução do capital. Um dos elementos distintivos da chamada "cidade mundial" é a emergência do setor de serviços altamente especializados, articulando espaços com uma racionalidade e eficiência assentada na competitividade e estabelecida por padrões impostos mundialmente. E é esse comportamento que se vislumbra em São Paulo.

No momento atual do processo histórico, o processo de reprodução espacial, com a generalização da urbanização, produz, uma nova contradição: aquela que se refere a diferença entre a antiga possibilidade de ocupar áreas como lugares de expansão da mancha urbana (com o parcelamento de antigas chácaras ou fazendas, como o caso de muitos bairros na metrópole) e sua presente impossibilidade diante da escassez de áreas. Neste processo, o espaço, enquanto valor, entra no circuito da troca geral da sociedade (produção/repartição/distribuição) fazendo parte da reprodução da riqueza, constituindo-se em raridade. Vivemos, hoje, um momento do processo de reprodução em que a propriedade privada do solo urbano – condição da reprodução da cidade sob a égide do capitalismo – passa a ser um limite a expansão econômica capitalista. Isto é, diante das necessidades impostas pela reprodução do capital, o espaço produzido socialmente - e tornado mercadoria, no processo histórico - é apropriado privatamente, criando limites a sua própria reprodução. Nesse momento, o espaço, produto da reprodução da sociedade, entra em contradição com as necessidades do desenvolvimento do próprio capital. O que significa dizer que a "raridade" é produto do próprio processo de produção do espaço ao mesmo tempo que sua limitação.

Se o centro da metrópole concentra, hoje, o maior número de edifícios de escritórios da metrópole, a saturação de sua área tanto para renovação, quanto para construção de novos edifícios é um dado importante, que alavanca a ocupação de outras áreas. Com isso, a região do centro vai apresentando tendência a perda de participação em detrimento destas novas áreas. As áreas centrais se esgotam enquanto oportunidade de negócios na metrópole produzindo o fenômeno da raridade do espaço, como consequência do processo de reprodução do espaço urbano, reclama a interferência do estado posto que só ele é capaz de atuar em grandes extensões do espaço e nesse sentido é capaz de criar novas possibilidades para a realização da produção (aqui o espaço é condição;/produto da produção econômica).

A reprodução do ciclo do capital exige, em cada momento histórico, determinadas condições especiais para sua realização; a dinâmica da economia metropolitana, antes baseada no setor produtivo industrial, vem se apoiando, agora, no amplo crescimento do setor terciário moderno - serviços, comércio, setor financeiro - como condição de desenvolvimento, numa economia globalizada. Tal transformação requer a produção de um outro espaço, como condição da acumulação, que se realiza a partir da expansão da área central da metrópole (até então lugar precípuo de realização desta atividade) em direção a região sudoeste da metrópole. As áreas tradicionais se encontram densamente ocupadas e no sistema viário congestionado além do que os novos padrões de competitividade da economia, apoiada num profundo desenvolvimento técnico vai impor novos parâmetros para o desenvolvimento desta atividade. A superação desta situação requer a construção de um novo espaço, como área de expansão, porque a centralidade é fundamental neste tipo de atividade, não podendo se instalar em qualquer lugar do espaço metropolitano. Todavia, na metrópole capitalista, densamente edificada, a expansão desta área não se fará sem problemas.

Isto porque a ocupação do espaço se realizou sob a égide da propriedade privada do solo urbano; onde o espaço fragmentado é vendido em pedaços tornando-se intercambiável a partir de operações que se realizam através e no mercado; tendencialmente produzido enquanto mercadoria, o espaço entra no circuito da troca, generalizando-se na sua dimensão de mercadoria. Por outro lado o espaço se reproduz enquanto condição da produção atraindo capitais que migram da economia para outro de modo a viabilizar a reprodução. Nesse contexto o espaço é banalizado, explorado, e as possibilidades de

¹ Professora-Doutora do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo - USP, BRASIL

ocupa-lo se redefine constantemente em função da contradição crescente entre a abundância e escassez, o que explica a emergência de uma nova lógica associada e uma nova forma de dominação do espaço que se reproduz ordenando e direcionando a ocupação a partir da interferência do Estado. Deste modo o espaço é produzido e reproduzido de um lado enquanto espaço de dominação e de outro enquanto mercadoria reprodutível.

O processo de reprodução do espaço urbano em São Paulo - a propriedade privada do solo urbano é um dos elementos geradores da raridade do espaço em lugares específicos da metrópole paulista que entram em choque com as necessidades da reprodução do espaço para a realização do capital - mas não é uma condição suficiente, a raridade não ocorre em qualquer lugar da metrópole, mas em determinados pontos associada a centralidade, no contexto determinado do processo de urbanização. Esta situação coloca como horizonte as necessidades de superar as contradições emergentes no processo de reprodução do espaço. A escassez do espaço, nas proximidades do centro, requer a liberação de amplas parcelas do espaço ocupadas visando a criação de uma "área livre" para novos usos necessárias a expansão da atividade econômica, bem como a supressão dos direitos que é conferido aos proprietários urbanos, pela existência do estatuto da propriedade privada. Nesse contexto o desenvolvimento do ciclo do capital necessita de uma aliança com o poder político, na medida em que só ele pode atuar em grandes parcelas do espaço produzir infra estrutura e "colocar em suspensão" o estatuto da propriedade privada do solo urbano, liberando as áreas ocupadas, para novas atividades; o que significa a criação de novas estratégias entre as várias formas de capital e o Estado.

Já desponta no final da década de 70 e nos anos 80 o esgotamento dos terrenos passíveis de serem incorporados para escritórios (que abrigam o setor moderno de serviços e o financeiro) na cidade de São Paulo, o que significa que o desenvolvimento desse setor deverá buscar novas alternativas locais para permitir a reprodução de sua atividade. É nesse contexto que os edifícios de escritórios começam a ser construídos fora da área central da metrópole numa região propícia a expansão desta atividade em função das áreas passíveis de serem incorporadas pelo mercado imobiliário e do zoneamento adequado.

A ocupação da região sudoeste (da metrópole) principalmente anos 90, apresenta características diferenciadas e complementares a região central da cidade. O tamanho, o tipo de imóvel e o que se chama "qualidade de espaço" vão diferenciar os ocupantes e as atividades dentro do setor de serviços. O deslocamento do setor de serviços para o sudoeste forma uma mancha contínua a partir do centro transformando o uso do solo e, como decorrência, produzindo uma nova inserção funcional da área no espaço interno metropolitano. Aqui, espaço e o tempo urbanos se modificam, impondo uma outra urbanidade através de uma racionalidade (organizadora e operacional) que envolve o nível da gestão do espaço **propiciando a expansão espacial do valor de troca pela mercantilização do espaço**. A generalização do valor de troca no espaço, englobando-o ao mundo da mercadoria aparece como possibilidade de realização do consumo produtivo. O espaço, nesta condição, se reproduz enquanto mercadoria sob a forma de áreas incorporáveis para a construção de prédios para escritórios, a partir das necessidades de crescimento do mercado imobiliário e daquelas impostas pela terciarização / terceirização da economia.

Nesse contexto o uso do espaço na cidade subordina-se cada vez mais à troca, a reprodução do valor de troca que submete o uso às necessidades do mercado imobiliário, neste caso, se associa às necessidades da construção de um espaço para o desenvolvimento de uma nova atividade produtiva. No caso em questão há uma aliança de interesses entre o mercado imobiliário e o setor produtivo na construção do "novo espaço". De um lado o setor imobiliário, para continuar se reproduzindo, necessita sempre de novas estratégias capazes de permitir sua reprodução, de outro o setor produtivo vê-se diante de novas necessidades quanto ao espaço construído, mas ambos necessitam de uma infra-estrutura moderna para sua realização.

A tendência de escassez do solo urbano entorno dos centros econômicos-financeiros da metrópole, geram a necessidade de novas estratégias capazes de permitir a reprodução do capital, assegurada através da possibilidade para se contornar o problema do espaço urbano enquanto mercadoria tornada rara, em decorrência da intensificação do processo de urbanização e de mudanças no processo produtivo. O processo de mercantilização do espaço, enquanto condição da reprodução do capital, só pode se realizar, num determinado momento do processo de urbanização, pela mediação do Estado; momento em que a expansão se depara com a raridade do espaço – mercadoria (enquanto condição de produção). Com isso, através de mecanismos de gestão, o Estado interfere na reprodução espacial, não apenas redefinindo usos e função do espaço, mas alterando, substancialmente, a prática espaço-temporal.

A mudança da legislação permitindo transformações na lei de zoneamento permite, através do processo de desapropriação o remembramento de áreas com a possibilidade de remembramentos espaciais, e permitindo o aumento do coeficiente edificável (o que permite a verticalização). A este processo político a ação do estado no espaço vai produzir a infra estrutura necessária a nova atividade produtiva. É assim que se abrem novas avenidas cortando bairros antigos, ampliando-se a malha viária extendendo as

linhas de metro assegurando o fluxo contínuo no espaço. Por sua vez na cidade sob a forma da renovação urbana que permite a realização das transformações necessárias ao desenvolvimento da sociedade como um todo, isto é, a necessidade da reprodução do capital aparece travestida de necessidade social imposta pelo Estado enquanto de "interesse público" criam a representação necessária dissimulando os conflitos de interesses. Com esse objetivo se deslocam-se favelas expulsa-se a população residente; com o discurso da "modernização necessária" ao crescimento, se destroem bairros inteiros da metrópole.

A contradição entre o processo de produção social do espaço e sua apropriação privada esta na base do entendimento da reprodução espacial. Isto porque numa sociedade fundada sobre a troca a apropriação do espaço, ele próprio produzido, enquanto mercadoria, liga-se, cada vez mais à forma mercadoria servindo as necessidades da acumulação através das mudanças / readaptações de usos e funções dos lugares que também se reproduzem sob a lei do reproduzível, a partir de estratégias da reprodução num determinado momento da história do capitalismo que se estende cada vez mais ao espaço global, criando novos setores de atividade como extensão das atividades produtivas. Cada vez mais o espaço, produzido enquanto mercadoria, entra no circuito da troca atraindo capitais que migram de um setor da economia para outro de modo a viabilizar a reprodução. Nesse as possibilidades de ocupar o espaço são sempre crescentes, o que explica a emergência de uma nova lógica associada a uma nova forma de dominação do espaço que se reproduz ordenando e direcionando a ocupação, fragmentando e tornando os espaços trocáveis a partir de operações que se realizam no mercado. Deste modo o espaço é produzido e reproduzido enquanto mercadoria reproduzível.

O processo de reprodução do espaço urbano na metrópole vai se realizando aprofundando as contradições pela extensão do valor de uso. do ponto de vista da reprodução econômica o estado vai interferir no sentido de manter as condições para sua realização ao mesmo tempo em que impõe sua dominação no espaço. Esse processo produz a implosão dos bairros envolvidos no processo de renovação urbana, sob a égide da globalização. O espaço revela em seu processo de produção interesses divergentes que encontram uma "unidade" no estado que revela um comando, posto que tem a seu cargo a produção de grandes conjuntos e obras de infra estrutura para além de nomear e qualificar espaços redefinem o seu sentido. Por outro lado o estado tem a seu cargo, a orientação e definição de metas que planificam o espaço (tanto no plano geral da sociedade quanto no plano micro do bairro dentro da cidade) e com isso interfere e delimita os umbrais da vida cotidiana, através de estratégias de atuação, que exerce seu poder através do espaço. É no espaço que o poder ganha visibilidade através de intervenções concretas; é por isso que as contradições no processo eclodem no plano institucional. No contexto do espaço planejado, manipulado que aparece como objetivo e neutro, esconde-se seu sentido político enquanto meio de dominação. Nesse sentido, através do Estado, o espaço é um elemento de dominação em contradição ao espaço da apropriação revelado, claramente, nas lutas que se realizam no espaço questionando as contradições geradas no processo.

Nesse caso específico, as transformações, no processo da metrópole, enquanto condição da realização do ciclo do capital, revela a necessidade de uma aliança entre o estado e os setores modernos da economia no sentido de contornar a barreira que o processo de urbanização elevou ao plano desenvolvimento de uma área de expansão do eixo empresarial-comercial de São Paulo voltado construção de edifícios de escritórios e de infra estrutura compatível.

Convém sublinhar que as estratégias que percorrem o processo de reprodução espacial são estratégias de classe, referem-se a grupos sociais diferenciados, com objetivos desejos e necessidades diferenciadas, o que tornam as estratégias conflitantes. O estado, por sua vez, desenvolve estratégias que orientam e asseguram a reprodução das relações no espaço inteiro (elemento que se encontra na base da construção de sua racionalidade). Assim o espaço se revela enquanto instrumento político intencionalmente organizado, e manipulado pelo estado; é portanto um meio e um poder nas mãos de uma classe dominante que diz representar a sociedade, sem abdicar de objetivos próprios de dominação. Nessa perspectiva, o estado, através de renovações urbanas, reorganiza as relações sociais e de produção. A renovação urbana se inscreve, assim, num conjunto de estratégias políticas, imobiliárias e financeiras, com orientação significativa no processo de reprodução espacial que converge para a segregação e hierarquização no espaço a partir da destruição da morfologia de uma área da metrópole que ameaça/transforma a vida urbana reorientando usos e funções dos lugares da cidade.

Deste modo a renovação urbana estabelece uma estratégia espacial de dominação em aliança com setores econômicos que de um lado revela a imposição do setor imobiliário como elemento dinâmico da economia tornando patente a mobilização da riqueza fundiária e imobiliária, compreendida com extensão do capitalismo financeiro; e de outro, as transformações recentes da economia capitalista, a entrada do setor da construção civil no circuito industrial moderno, associado ao desenvolvimento maciço da tecnologia em função da imposição dos novos padrões de realização da atividade econômica nas cidades mundiais.

No que se refere a São Paulo, pode-se notar duas tendências; uma que diz respeito ao processo e adensamento que se realiza através do processo de verticalização, seja para uso residencial ou de escritórios (o que ocorre fundamentalmente na região sudoeste) e o adensamento através do aumento da área construída principalmente nas regiões leste e sul. Um comportamento chama atenção, por sua magnitude, nesse processo de crescimento urbano revelando diretamente as mudanças nas atividades econômicas na metrópole; o crescimento do número de edifícios de escritórios. Para o conjunto da cidade a área construída não-residencial aponta um aumento percentual quase equivalente ao aumento da área residencial. No contexto do município a região sudoeste teve um comportamento mais nítido de mudança de uso através da acentuação de seu processo de verticalização, a qual, juntamente com a região sul, apresentou 50% da área verticalizada construída da década de 80.

A escassez dos espaços disponíveis na metrópole paulista obriga as empresas a optarem por novas localizações dentro da metrópole gerando um movimento espacial onde o processo de reprodução espacial gera novas centralidades. No caso específico estamos diante de um processo em que as transformações no processo produtivo, ligadas às novas formas de acumulação do capital, ocorrem com uma tendência de deslocamento das atividades no espaço. Esta região de expansão da atividade de serviços modernos vai se constituindo num pólo de atração de investimentos imobiliários capaz de sediar as novas funções que se desenvolvem, hoje, onde o tratamento arquitetônico dos edifícios atrai uma ocupação diferenciada de alto padrão como decorrência da aplicação de novas tecnologias. Na esteira dos grandes investimentos públicos dirigidos para esta área da cidade muitos são mega projetos imobiliários tocados pela iniciativa privada, que chegam a combinar em um só empreendimento edifícios de escritório de alto padrão, shopping center, hotéis / centro de convenções e garagens subterrâneas, caso do World Trade Center (que engloba o shopping de Decoração D&D, o Hotel Meliá e torres de escritórios). Assim a consolidação dessa nova tendência imobiliária assentada nos mega projetos se expande.

A nova atividade econômica que se desenvolve na metrópole alia-se as necessidades da reprodução dos investimentos, é a idéia de que se produz uma mercadoria para o desenvolvimento de uma atividade econômica e ao mesmo tempo para o mercado financeiro enquanto investimento, desenvolvendo o mercado de locação de escritórios através do desenvolvimento da indústria da construção civil. As placas de vende-se e aluga-se tendem a desaparecer rapidamente da porta dos imóveis comerciais pois os edifícios tecnologicamente avançados raramente dispõem de unidades vagas; as multinacionais e empresas de ponta disputam as áreas nobres. É o chamado desafio da modernização, como atualização, numa economia competitiva. Para que ela se realize é necessário outro tipo de espaço: diferente do tradicional, circundado por uma rede ampla de circulação viária, terrenos amplos onde a tecnologia aplicada a construção civil, acabará por produzir o "prédio inteligente".

Tal fato significa que as linhas arquitetônicas e a beleza das fachadas dos edifícios, em si, não bastam (apesar de causar boa impressão o que não deixa de ser um elemento de peso, nesse mundo de aparências) mas outros elementos ganham importância para o negócio: a localização, a planta que precisa ter garagens amplas e, fundamentalmente, uma administração para reduzir custos de gerenciamento do imóvel e permitir o aumento da produtividade -baseada num conhecimento técnico específico. Assim dentre os quesitos básicos para o desenvolvimento da atividade econômica baseada nos serviços aparece o que se chama - no setor imobiliário - de "qualidade do espaço". Isto é, com a crescente necessidade de reduzir custos, as empresas estão cada vez mais preocupadas com a eficiência das áreas que ocupam, onde cada m² tem custo significativo. Assim, um edifício bem planejado deve ter flexibilidade para poder ser utilizado por várias atividades sucessivamente, e cada andar deverá acomodar, simultaneamente, vários ambientes, segurança aparece como grande exigência, tanto a segurança contra incêndio - (equipamentos como os *sprinklers* inteligentes), bem como o controle no acesso das pessoas aos prédios com um aparato, terceirizado de alto controle, com sofisticadas portarias munidas de computadores e monitores de vigilância controlando todos os andares.

Outro quesito diz respeito às necessidades impostas pelas telecomunicações, antenas parabólicas, pré-cablagem, linhas digitais, TV a cabo, etc. A construção dos edifícios com nova tecnologia permite a quantificação mais racional dos dutos verticais (que flexibilizam a passagem de cabeamento entre andares) e horizontalmente com a construção do piso elevado que oferece maior flexibilidade no caso de mudanças de lay out). A atividade exige, ainda, complementação de outros serviços como a infraestrutura adicional como depósitos no subsolo, auditórios bem equipados, áreas para centro de convenções e até restaurantes e estacionamentos - com boa proporção de vagas em relação ao volume do m² útil, inclusive, com a facilidade de entrada de caminhões. E finalmente o acabamento, pois reflete a imagem do edifício e seus ocupantes. Portanto estamos diante de uma crescente exigência não solicitada no passado e que vinculadas às preocupações com a "produtividade" nos escritórios, o que explica o surgimento de novos setores de serviços, na metrópole com o objetivo de prover o setor globalizado da economia.

Esse comportamento aponta para o fato de que está em curso uma revolução nos serviços oferecidos; a preferência por escritórios de qualidade aponta para a busca de escritórios tecnologicamente, mais

avançados, com equipamentos de última geração feitos a partir de processos construtivos com alta tecnologia, com o objetivo de barateamento da construção. A nova tecnologia desenvolvida com o objetivo de substanciais reduções nos custos tratam o imóvel como uma indústria e o gerenciamento do edifício como tema central. A administração dos edifícios de escritórios, são feitos por empresas especializadas que substituem a figura do zelador por aquela do gerente altamente qualificado, transformado quase, num executivo.

No momento em que a construção de escritórios passa a figurar como “bens” o que efetivamente ocorre é que o setor de locação de escritórios em São Paulo é substancialmente mais “aquecido” e importante que aquele de compra e venda de imóveis, ratificando a tendência de mobilidade do capital financeiro (que se volta para o segmento imobiliário que se tornou importante setor de investimento). Os capitais encontram aí um tipo de refúgio para uma aplicação de rendimento seguro – num país de economia instável – em relação ao conjunto dos ativos passíveis de aplicação financeira. Tal investimento pode compensar dificuldades no circuito normal de produção-consumo, apontando uma estratégia de aplicação de capital. Nesse caso o capital financeiro associado ao capital industrial, atendendo a uma nova demanda da economia - o crescimento do setor de serviços - precisa, para se desenvolver, da aliança dos empreendedores imobiliários com o poder municipal garantido a gestão da cidade dentro dos padrões necessário a reprodução continuada do capital. Ocorre que a intervenção do estado produz ou reproduz desigualdades no que se refere aos investimentos no espaço que uma renovação urbana reforça através do processo de valorização da área atingida em detrimento de outras áreas e de outros setores sociais da cidade. Essa é uma das discussões básicas envolvendo o questionamento do projeto pelos habitantes dos bairros atingidos pelas renovações urbanas; a priorização dos recursos públicos da prefeitura – sua hierarquia de gastos destinados a gestão da cidade. Ela interfere no mercado de solo urbano na medida que cria para o mercado imobiliário a possibilidade de reocupar o espaço com outro uso com outro padrão de construção e com outra densidade de ocupação.

No mercado imobiliário urbano, o solo urbano, tornado mercadoria se generaliza assumindo, aqui, uma expressão especulativa, através do desenvolvimento do mercado de locação de escritórios produto do desenvolvimento da troca e da intercambialidade de parcelas do espaço antes nas mãos de pequenos proprietários urbanos gerando conflito entre os usos e o sentido que cada grupo social confere ao espaço. O desenvolvimento desse mercado de imóveis de escritório tem na raridade do espaço (o segmento de escritórios que não pode se localizar em qualquer lugar do espaço metropolitano) um ponto importante definidor de suas estratégias e alianças. A construção de escritórios destinados ao mercado de locação, visando a reprodução do capital industrial ligado ao setor da construção ou financeiro, têm como pressuposto fundamental a possibilidade de realização do valor de uso e com isso realizar o valor de troca (objetivo último daqueles que compram espaços de escritórios construídos com finalidade de investimento). Todavia o valor de troca tende a se impor à sociedade num espaço onde os lugares de apropriação diminuem até quase desaparecerem – caso dos espaços públicos – como decorrência da construção, em São Paulo, dos grandes complexos viários. O uso está em estado latente nesse tipo de investimento. Há um caráter “especulativo” em jogo (como algo novo) ele pressupõe o uso, mas seu objetivo no ato de compra é o valor de troca que a operação intermediária de locação vai realizar.

O que se deve ressaltar, então é que o uso pode vir a ter sentidos diversos, uma diferença substancial entre a compra de uma moradia e a compra de um escritório para ser alugado. Significa que há interesses diversos envolvendo o uso do espaço como básico em ambas operações imobiliárias – o habitante compra a moradia para seu uso, enquanto o investidor compra um imóvel para alugar porque representa um uso para outrem.

A socialização da sociedade, que tem por essência a urbanização, se revela na planificação racional do espaço, na organização do território, no processo de industrialização global; enquanto aspectos essenciais. Deste modo as contradições entre apropriação para a realização da vida humana – entram em conflito com aquelas dos grupos sociais que exploram o espaço como condição da reprodução do capital.

Mas não se trata, todavia de reduzir a reprodução espacial àquela da intervenção do Estado no sentido de superar a contradição gerada pelo fenômeno da raridade do espaço e os entraves que a existência da propriedade privada cria para a reprodução do capital. Se de um lado se aproximam as estratégias do mercado imobiliário, da indústria da construção civil e do setor financeiro, de outro a explicação ganha sentido articulada ao fato de que o processo de reprodução do espaço envolve, também e de modo articulado, outro plano de análise, aquele do indivíduo, do habitante.

No mundo moderno a prática sócio-espacial revela a contradição entre a produção de um espaço em função das necessidades econômicas e políticas e de outro a reprodução do espaço da vida social. No primeiro caso a reprodução do espaço se dá pela imposição de uma racionalidade técnica assentada nas necessidades impostas pelo desenvolvimento da acumulação que produz o espaço enquanto condição da produção, revelando as contradições que o capitalismo suscita em seu desenvolvimento o que impõe limites e barreiras a sua reprodução. No segundo caso a reprodução da vida na metrópole se realiza na

relação contraditória entre necessidade e desejo; uso e troca; identidade e não-identidade; estranhamento / reconhecimento que permeiam a prática sócio-espacial. Neste momento o aprofundamento da divisão social e espacial do trabalho se baseia numa nova racionalidade apoiada pelo emprego do saber e da técnica aplicada a produção e a gestão e da supremacia de um poder político que tende a homogeneizar o espaço através do controle e da vigilância. O entendimento da metrópole se revela no desvendamento do modo como se realiza, concretamente, o processo de reprodução da sociedade urbana em sua totalidade, como tendência inexorável. E se realiza, hoje, enquanto processo de reprodução da sociedade a partir da reprodução do espaço; onde ganha sentido uma nova relação espaço-tempo.

A acumulação tende a produzir uma racionalidade homogeneizante inerente ao processo que não se realiza apenas produzindo objetos / mercadorias mas a divisão e organização do trabalho, modelos de comportamento e valores que induzem ao consumo revelando-se como norteadores da vida cotidiana. Deste modo a vida cotidiana se apresenta, tendencialmente, invadida por um sistema regulador, em todos os níveis, que formaliza e fixa as relações sociais reduzindo-a a formas abstratas. Esse fato tende a dissipar a consciência urbana na medida em que o "habitar" hoje a metrópole apresenta um sentido diverso, em função do processo de implosão que impõe mudanças nos hábitos e comportamentos, dissolve antigos modos de vida, transformando as relações entre as pessoas; reduzindo e redefinindo as formas de apropriação do espaço.

Esses dois planos revelam, como em cada dimensão da realidade, o espaço vai adquirindo uma configuração sentido e finalidade diferenciadas. O sentido que a metamorfose do espaço da metrópole assume, baseado na mercantilização do solo urbano provoca o fenômeno de implosão-explosão. Nesse processo se delinea a tendência da submissão dos modos de apropriação do espaço ao mundo da mercadoria; conseqüentemente, o esvaziamento das relações sociais, pela redução do conteúdo da prática sócio-espacial, neste plano da realidade o lugar da vida, transformado adquire a característica de um espaço amnésico em sua relação direta com o espaço efêmero - esta nova relação espaço-tempo redefine as relações sociais, na metrópole, hoje, caracterizando, a meu ver, o momento atual.

Assim a produção do espaço deve ser entendida sob uma dupla perspectiva, ao mesmo tempo que se processa um movimento que constitui o processo de mundialização da sociedade urbana acentua-se o processo de fragmentação tanto do espaço quanto do indivíduo. Esta produção espacial realiza-se no plano da vida cotidiana e aparece como forma de ocupação e uso de determinado lugar, num momento específico.

Esses processos aludem uma **nova ordem espaço - temporal** que se vislumbra a partir do processo de constituição e mundialização da sociedade urbana que é passível de ser analisado a partir da metrópole pois é aqui que em todos os lugares misturam-se os sinais de uma modernização imposta na morfologia urbana (através de novas formas arquitetônicas, novas e largas avenidas destinadas ao tráfego cada vez mais denso, que se apresentam como imensas cicatrizes no tecido urbano), se revelam plenamente. Se de um lado, o espaço urbano se afirma enquanto forma, de outro lado, revela na especificidade de sua produção espacial, um conteúdo social, o espaço como fio condutor para o entendimento do mundo moderno aparece através da análise da metrópole como forma material das relações de reprodução no seu sentido amplo; elemento de mediação entre o lugar e o mundial.

O tempo diz respeito a um espaço - ao uso do espaço. No mundo moderno uma nova relação espaço-tempo se instaura na sociedade urbana que pode ser entendida, em toda sua extensão, no lugar, nos atos da vida cotidiana. Essa contradição produz o que chamo de **estranhamento**. Diante de uma metrópole onde as formas mudam e se transformam de modo cada vez mais rápido os referenciais dos habitantes da metrópole se modificam, produzindo a sensação do desconhecido, do não identificado. Aqui as marcas da vida de relações e dos referenciais da vida se esfumam, ou se perdem para sempre - o estranhamento provocado pelas mudanças do uso do espaço e de uma nova organização do tempo na vida cotidiana coloca o indivíduo diante de situações mutantes inesperadas. A constante renovação - transformação do espaço urbano através das mudanças morfológicas da metrópole produz constantes transformações nos tempos urbanos da vida, dos modos e tempos de apropriação/uso dos espaços.

A predominância do valor de troca, como extensão do mundo da mercadoria se revela enquanto produto de lutas surgindo a partir de relações sociais contraditórias criadas e aprofundadas pelo desenvolvimento do processo de reprodução lato senso onde as batalhas se resolvem pelo jogo político das forças sociais e, nesse sentido, o espaço aparece como obra histórica que se produz, continuamente, a partir das contradições inerentes à sociedade, produzidas a partir de relações sociais assentadas em relações de dominação-subordinação / uso-apropriação, que produzem conflitos inevitáveis que tendem a **questionar o entendimento da cidade exclusivamente, enquanto valor de troca**² e, conseqüentemente, as formas de parcelamento e mercantilização do solo urbano. Por outro lado, a reprodução das relações sociais se processa agora, pela lógica de ações políticas e pelo controle sobre a técnica e o saber. A

² Idéia também desenvolvida em nossa tese de doutorado [A (re)produção do espaço urbano, op.cit.] e retomada em nosso livro: *A cidade*, São Paulo, Contexto, 1992

presença contraditória do estado no espaço, fundada numa estratégia, que se quer hegemônica, organiza as relações sociais e de produção através da reprodução do espaço, enquanto ação planificadora onde o espaço do “habitar” aparece como algo secundário.

Esses elementos caracterizam um momento específico da reprodução; nessa direção a análise da metrópole aparece como um grande desafio. Ultrapassar o limite estreito da produção do espaço enquanto mercadoria e do cidadão enquanto força de trabalho, torna necessário, refletir o espaço urbano em seu sentido mais amplo, o espaço geográfico como uma produção social que se materializa formal e concretamente em algo passível de ser apreendido, entendido e apropriado pelo homem, como condição da reprodução da vida. A relação entre o habitante e cidade é atravessada por modos de apropriação e usos envolvendo uma multiplicidade de elementos. A análise do fenômeno urbano sublinha o que se passa fora do âmbito do trabalho, mas ligado a ele, com isso acentua a esfera da vida cotidiana, de modo que a reprodução do espaço urbano articulado e determinado pelo processo de reprodução das relações sociais se apresenta de modo mais amplo do que relações de produção estrito senso (a da produção de mercadorias), envolvendo momentos dependentes e articulados.